

Transações	Receita operacional bruta	(Despesas) Receitas financeiras	Varição cambial ativa (passiva) líquida
Imerys Clays	106.235	-	3.585
Imerys S.A.	-	(353)	(6.389)
Imerys Espana	522	-	(27)
Imerys Ásia Pacific	22.724	-	437
Imerys China	8	-	-
Imerys Canadá	71.015	-	1.775
Imerys Minerali SPA	17.980	-	391
Imerys Austrália	3.227	-	204
Imerys Italia	1.882	-	10
Imerys Minerals OY	35.051	-	521
Imerys Mineraux BEL	152.049	-	2.857
Imerys Minerals Paper	-	-	(66)
Imerys Minerals AB	26	-	1
Imerys Mineraux France	600	-	(10)
Imerys Ceramic	116	-	3
Imerys Ceramic France	-	-	(2)
Sherif Baghdadi	26	-	3
KT Clay de México	171	-	3
Pará Pigmentos	4.875	31	-
Imerys Minerals Resources	-	168	-
Imerys Minerals	-	105	-
Total em 31/12/2014	416.507	(49)	3.296
Total em 31/12/2013	423.614	(393)	5.533

As vendas, empréstimos e demais operações com empresas relacionadas são efetuadas com base em condições estabelecidas entre as partes.

Os empréstimos (ativos e passivos) referem-se a capital de giro para a operação da Sociedade e estão denominados em moeda nacional e estrangeira (US\$ e EUR). O empréstimo passivo está classificado como empréstimo financeiro, R\$53.224 (R\$ 46.942 em 2013) que será liquidado em 2017. As correções e os juros são apurados pela “Libor” mensal, acrescida de 0,50% (0,50% em 2013).

12. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores refere-se a contas a pagar com terceiros:

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores nacionais (a)	15.047	11.299
Fornecedores no exterior	444	110
Total	15.491	11.409

(a) O saldo de fornecedores nacionais refere-se substancialmente a fornecimento de insumos, reagentes e materiais aplicáveis a produção.

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias e trabalhistas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações trabalhistas	3.696	3.160
Obrigações tributárias	10.669	5.170
Total	14.365	8.330

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES

(a) **Provisão** - A Sociedade adota o disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que tange à constituição de provisão diversas, por tratar-se da forma mais adequada de retratar esses passivos no que concerne à técnica contábil. A Sociedade possui provisões no montante de R\$15.977 (R\$12.915 em 2013).

(b) **Provisão para riscos** - A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo basicamente questões tributárias. A Administração, com base em análise destas ações judiciais e em informações de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas com as ações em curso.

Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

Descrição	31/12/2014		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Cíveis	1.054	(815)	239
Trabalhistas	1.079	(762)	317
Tributárias	-	(9.601)	(9.601)
Total	2.133	(11.178)	(9.045)

Descrição	31/12/2013		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Cíveis	344	(815)	(471)
Trabalhistas	909	(1.351)	(442)
Tributárias	-	(6.372)	(6.372)
Total	1.253	(8.538)	(7.285)

A movimentação no exercício é como segue:

	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final
Cíveis	344	710	-	-	1.054
Trabalhistas	909	170	-	-	1.079
Tributárias	-	-	-	-	-
Total em 2014	1.253	880	-	-	2.133
Total em 2013	710	872	(329)	-	1.253

Adicionalmente, a Sociedade possui depósitos judiciais no montante de R\$11.178 (R\$8.538 em 2013), relacionados a processos diversos cuja pro-

babilidade de perda é classificada como remota, conforme informado pelos assessores legais da Sociedade. Deste total, não há provisão relacionada.

Os processos que foram classificados com probabilidade de perdas possíveis com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos totalizam R\$110.752 (R\$105.589 em 31 de dezembro de 2013) e referem-se principalmente a:

(i) Ações Cíveis Públicas movidas por dano ambiental causado por suposto vazamento ocorridos em julho de 2012, Agosto de 2013 e Maio de 2014 cujo valor histórico do risco é de: R\$33.000 (R\$36.762 com atualização monetária) para a ação de 2012, de R\$ 20.000 (R\$ 20.932 com atualização monetária) para a ação de 2013 e de R\$ 200 (R\$ 213 com atualização monetária) para a ação de 2014;

(ii) Ação Cível Pública movida por dano ambiental causado por suposto transbordamento da bacia de contenção de água pluvial cujo valor histórico do risco é de R\$10.000 (R\$16.665 com atualização monetária);

(iii) Compensação de crédito presumido IPI. Houve o indeferimento dos pedidos de compensação, sob o argumento de que o produto fabricado pela IRCC está classificado na TIPI como “NT”, não tendo, por isso, direito ao crédito presumido de IPI.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Os saldos de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos são apresentados como segue:

Ativo:	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal (i)	-	-	-	-
Diferenças temporárias:				
Provisões que serão dedutíveis quando de sua realização, líquidas do efeito de variação cambial	41.322	41.322	24.807	24.807
Bases de cálculo	41.322	41.322	24.807	24.807
Alíquotas	6,25%	9%	6,25%	9%
IRPJ e CSLL diferidos ativo registrado	2.583	3.719	1.551	2.233

(i) A Sociedade não mais dispõe de saldos de Prejuízo Fiscal ou Base de Cálculo Negativa de IRPJ e CSLL em 31/12/2014 e 31/12/2013.

(b) As despesas contabilizadas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) na demonstração do resultado são conciliadas com as despesas nominais como segue:

	2014		2013	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	97.849	97.849	111.677	111.677
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesas nominais de IRPJ e CSLL	(24.462)	(8.806)	(27.919)	(10.051)
Ajustes permanentes:				
Brindes			(15)	(5)
Multas e Doações	(62)	(22)	(51)	(18)
Incentivo fiscal - isenção/redução de IRPJ (i)	18.532	-	19.487	-
Perdas não dedutíveis	-	-	-	-
Ajuste de Transfer pricing	(4.780)	(1.721)	(3.344)	(1.204)
Outros	(1.769)	(676)	(1.711)	1.049
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL apuradas	(12.541)	(11.225)	(13.554)	(10.229)
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL registradas no resultado:				
Corrente	(13.574)	(12.711)	(4.553)	(12.221)
Diferido	1.033	1.486	(9.001)	1.992
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL	(12.541)	(11.225)	(13.554)	(10.229)

(i) A Sociedade está localizada na área de atuação da SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. De acordo com o Laudo Constitutivo nº 022/2013, a Sociedade tem o benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração decorrente da produção de até 1.650 mil toneladas anuais, pelo prazo de 10 anos a partir de 2013.

Medida Provisória nº 627/13

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, mas a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014, como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Considerando que a MP poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a Sociedade aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva. Entretanto, de acordo com estudos preliminares, não se esperam impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$481.721 e é representado por ações nominativas, sem valor nominal, como segue:

2014	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Mircal Brésil S.A.	33.526.074	100	65.247.884	100	98.773.958	100
Imerys Participações Ltda.	-	-	5.000	-	5.000	-
Conselho de Administração	-	-	5	-	5	-
Total	33.526.074	100	65.252.889	100	98.778.963	100

O limite do capital autorizado da Sociedade, conforme o estatuto é de 120.000.000 ações ordinárias.

Capital estrangeiro

De acordo com a legislação, o capital estrangeiro deve ser registrado junto ao Banco Central do Brasil, para permitir a remessa de dividendos e participação ou repatriação de capital de acionistas residentes no exterior.

Em 31 de dezembro de 2014, 100% do capital pertence à Mircal Brésil (subsidiária da Imerys S/A), totalmente registrado no Banco Central do Brasil, nos montantes de US\$216.437 mil e €432 mil (US\$216.437 mil e €432 mil em 2013), correspondente a totalidade do capital social da Sociedade.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos benefícios da isenção e redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração, vigorando por 10 anos a partir de 2003 e 2004 respectivamente, decorrentes das atividades exercidas em planta industrial (Barcarena - Pará), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O valor de incentivos fiscais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi R\$18.532 (R\$19.487 em 2013).

Dividendos

Conforme disposição estatutária e, demonstrado abaixo, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A distribuição aos acionistas do lucro do exercício é demonstrada como segue:

Dividendos propostos	2014	2013
Lucro líquido do exercício	74.083	87.894
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(18.532)	(19.487)
Reserva legal	(3.704)	(4.395)
Lucro líquido ajustado disponível para distribuição	51.847	64.012
Valor dos dividendos propostos - 25%	12.962	16.003
Saldo remanescente - reserva para retenção de lucros	38.885	48.009

A Administração da Sociedade está propondo a distribuição de dividendos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado disponível para distribuição referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, “ad referendum” da Assembleia Geral. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi transferido para reserva de retenção de lucros conforme definido pelo estatuto social da Sociedade.

Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2013 no montante de R\$16.003 foram aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 2 de setembro de 2014 e pagos durante o exercício de 2014 (R\$5.769 de 2012 que foram pagos em 2013).

Do montante da reserva de retenção de lucros, ao final de 2013 a Sociedade resolveu destinar R\$ 32.230, como pagamento de dividendos obedecendo ao art. 22, item (c) do estatuto da Sociedade.

Ajuste de Conversão Acumulados:

A Sociedade reconheceu o efeito acumulado da conversão da moeda funcional, que a partir de 06 de outubro 2009 passou a ser o Real. Os valores convertidos resultantes para os itens não monetários passaram a ser tratados como se fossem custos históricos. O efeito da conversão para a nova moeda funcional foi registrado diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o CPC 02.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Receita da venda de produtos	2014	2013
Mercado externo	411.632	419.728
Mercado interno	-	-
Total receita da venda de produtos	411.632	419.728
Receita de serviços prestados		
Mercado interno	4.875	3.886
Total receita de serviços prestados	4.875	3.886
(-) Menos		
Impostos contribuições e devoluções	(7.353)	(6.583)
Total receita operacional líquida	409.154	417.031

18. DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS NO RESULTADO POR NATUREZA

	2014	2013
Depreciação, amortização e exaustão	(73.344)	(66.727)
Salários, encargos e benefícios	(39.520)	(36.231)
Serviços administrativos	(3.631)	(3.299)
Insumos e materiais auxiliares de produção	(79.620)	(86.269)
Combustíveis e lubrificantes	(42.359)	(30.720)
Energia elétrica	(21.665)	(27.138)
Serviços contratado (principalmente lavra de minério)	(34.620)	(30.017)
Materiais de manufatção industrial	(12.737)	(12.961)
Despesas tributárias	(7.169)	(7.130)
Outras despesas e custos	(12.783)	(16.070)
Total	(327.448)	(316.562)
Classificado como:		
Custo das vendas	(317.270)	(304.807)
Despesas gerais e administrativas	(10.178)	(11.755)
Total	(327.448)	(316.562)